

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

AOCP
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PC-BA

DELEGADO DE POLÍCIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Promoção da Igualdade Racial e de Gênero
- ▶ Medicina Legal
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Criminologia





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PC-BA

POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas DELEGADO DE POLÍCIA

DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL

CÓD: OP-099AB-26
7908403592289

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	35
3. Informática.....	41
4. Promoção da Igualdade Racial e de Gênero	49
5. Medicina Legal	57
6. Direito Administrativo.....	65
7. Direito Civil.....	77
8. Direito Constitucional	89
9. Direito Penal	101
10. Direito Processual Penal	113
11. Direitos Humanos	127
12. Criminologia.....	137

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Considere a situação apresentada a seguir:

Como motorista profissional, você é responsável por informar aos passageiros sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança. Para isso, você decide colocar um cartaz no veículo com a seguinte mensagem: “_____ o cinto de segurança.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna em questão.

- (A) Uze
- (B) Usse
- (C) Use
- (D) Uçe

2. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Leia o texto para responder a questão.

Instituto-Geral de Perícias usa protocolo internacional para identificação de vítimas das enchentes no RS e para apoio a familiares

De 22 corpos que estão no Departamento Médico Legal, em Porto Alegre, 18 já foram identificados

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) está atuando com uma força-tarefa para a identificação de vítimas da chuva e enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.

O trabalho faz parte de um protocolo internacional que orienta as ações para casos de acidentes ou eventos climáticos com grande número de vítimas. Dos 22 corpos que chegaram ao Departamento Médico Legal (DML) de Porto Alegre na tarde de quarta-feira (6), 18 já foram identificados pelas impressões digitais. [...]

A decisão de centralizar o trabalho no DML da Capital foi justamente para uso da estrutura e da equipe multidisciplinar especializada em ações desse tipo, o que permite maior rapidez nas identificações. O grupo é composto por papiloscopistas, médicos legistas, peritos criminais, psiquiatras, técnicos em perícias, fotografos criminalísticos e assistentes sociais, entre outros profissionais. No

prédio em que fica o DML, na Avenida Ipiranga, bairro Azenha, há salas destinadas ao atendimento psicossocial dos familiares.

Como muitas famílias perderam as casas ou todos os documentos, um sistema de identificação para estas pessoas também está em funcionamento. Para liberar um corpo de uma vítima, um familiar precisa se apresentar com identificação obrigatória. Se a pessoa está sem documentos, o IGP faz biometria na hora e já emite nova carteira de identidade. Também há trabalho integrado com cartórios para o registro do óbito.

— Temos todo suporte às famílias. Quem chega aqui recebe todas as orientações, inclusive, sobre o cartório em que deve ir, onde haverá atendimento em guichê específico. Também estamos em contato com a Defesa Civil em função das dificuldades das pessoas em virem até aqui. Elas poderão ser trazidas ou vamos organizar para fazer a liberação dos corpos em cidades mais próximas — explica a diretora-geral do IGP, a perita criminal Marguet Mittmann. [...]

Sobre a identificação das vítimas, Marguet destaca que é feita a partir de três etapas. A mais rápida é pelas impressões digitais. Se a pessoa tem carteira de identidade feita no Estado, a impressão consta no banco de dados. O sistema faz uma comparação inicial, e a identificação é finalizada a partir de análise técnica de um papiloscopista.

Das 22 vítimas, 18 tiveram impressões digitais localizadas no banco de dados. Para quem não tem, a etapa seguinte é o processo de odontologia forense. Nesse caso, familiares teriam de apresentar documentos de atendimentos odontológicos do falecido, o que também não é simples diante da tragédia que destruiu e arrastou casas, deixando famílias sem pertences. Então, por último, é o processo de DNA, em que o familiar precisa ceder uma amostra de saliva para que o exame comparativo seja feito.

De qualquer forma, explica Marguet, para uma margem de segurança do processo de identificação e até para garantir material genético para eventuais exames que sejam necessários no futuro, todos

AMOSTRA

os familiares, mesmo os das vítimas identificadas por impressões digitais, têm material coletado para lançamento no banco de dados genéticos do IGP.

— Estamos trabalhando com todos os esforços e essas famílias não vão ficar desassistidas. Não haverá revitimização — garantiu a diretora-geral do IGP.

Adaptado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/09/instituto-geral-de-pericias-usa-protocolo-internacional-para-identificacao-de-vitimas-das-enchentes-no-rs-e-para-apoio-a-familiares-clm9ctldi001q015g62hda5yo.html>. Acesso em: 10 maio 2024.

Analise o trecho a seguir:

“O trabalho faz parte de um protocolo internacional que orienta as ações para casos de acidentes ou eventos climáticos com grande número de vítimas”.

Os termos sublinhados recebem acento pelo mesmo motivo que os termos destacados em

(A) “[...] sobre o cartório em que deve ir, onde haverá atendimento em guichê específico”.

(B) “[...] sobre o cartório em que deve ir, onde haverá atendimento em guichê específico”.

(C) “[...] sobre o cartório em que deve ir, onde haverá atendimento em guichê específico”.

(D) “[...] um familiar precisa se apresentar com identificação obrigatória”.

(E) “[...] o que também não é simples diante da tragédia que destruiu e arrastou casas, deixando famílias sem pertences”.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Opine... não detone!

O direito de se expressar é uma conquista da humanidade, o de se defender também

Ivone Zeger

“A rua e a internet são os espaços dos embates democráticos”, disse a filha, e o pai rebate: “A internet é terra de ninguém. A rua também”. Diálogo que expressa certo conflito geracional, flagrei-o no elevador.

Sim, os jovens ocupam as ruas para expressar a insatisfação; eles flagram contradições e alavancam debates. Cidadãos de todas as idades têm se utilizado das redes sociais para expressar opiniões. Todos parecem conscientes da liberdade de expressão preconizada pela Constituição Federal. Mas, se nas ruas há os limites concretos — como as

enfrentamento com a polícia se a ação é de desobediência civil —, na rede social o que separa a opinião pessoal do espaço público é um apertar de botão. Daí, provavelmente, a ideia do pai acerca da internet: “terra de ninguém”.

A ideia de liberdade de expressão trafega em bytes e bate lá onde garotos e garotas, boa parte deles ainda menor de idade, se sentem totalmente à vontade para postar opiniões pessoais, um exercício interessante não fosse a falta de limites, especialmente quando o tema das postagens são os outros. Fotos de garotas são tiradas às escondidas e postadas, expondo colegiais a situações constrangedoras. O bullying virtual se soma ao real, nas escolas, e provoca tragédias pessoais pouco difundidas pela imprensa. Afinal, será que os pais sabem até onde seus filhos podem ir nessa “terra de ninguém” ou, mais apropriadamente, no espaço virtual?

Encarar as estripulias virtuais como “coisas da idade” pode ser um equívoco. Se a liberdade de expressão está garantida pela Constituição, a moral e a honra das pessoas também estão. Discussões acirradas entre adultos nas redes sociais nem sempre oferecem parâmetros para os mais jovens, e até por isso, cabe o conhecimento da lei para prevenir que a falta de limites resulte em dores de cabeça para os pais. [...]

Existem leis estaduais e municipais que também caracterizam o bullying e preconizam atitudes preventivas nas escolas. Descobrir se na sua cidade ou estado há uma lei assim, conhecê-la e discuti-la com os filhos é uma atitude preventiva e necessária. [...]

Vale lembrar, ainda, que o mercado de trabalho é exigente e, atualmente, textos e opiniões postados nas redes sociais são averiguados pelos empregadores. Não adianta enviar um currículo sóbrio e bem escrito e ter uma “persona” virtual que deixa má impressão. [...]

Já o artigo 932, em seu inciso II, aponta que “os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia” são os responsáveis pela reparação civil, que significa o pagamento de determinada importância como indenização por dano resultante de delito ou ato ilícito. Os delitos de injúria, difamação e calúnia estão descritos no Código Penal, bem como as respectivas punições, que incluem detenção.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (Instituto AOC - 2021)

Considere um experimento no qual se escolhe, ao acaso, um ponto de um círculo centrado na origem do Sistema Cartesiano e que tem raio $R = 2$ cm. Então, a probabilidade de o ponto escolhido situar-se, no máximo, a 1,5 cm da origem é

- (A) 75%.
- (B) 56,25%.
- (C) 25,75%.
- (D) 37,5%.
- (E) 12,5%.

2. (Instituto AOC - 2024)

Em certa localidade, diante do brilhante trabalho da Inteligência, identifica-se uma taxa igual a 80% na captura de foragidos e procurados. Em um mesmo dia, a Inteligência determinou o paradeiro de 3 procurados, cada um em uma cidade vizinha diferente. Sabendo que a captura de qualquer um deles não altera a taxa de captura dos demais, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de ser capturado ao menos um dos procurados.

- (A) 99,2%
- (B) 96,4%
- (C) 93,6%
- (D) 90,8%
- (E) 87,2%

3. (Instituto AOC - 2021)

Durante o verão, em certa localidade, a chance de chuva à noite é 30%. Sabe-se que assaltos à mão armada ocorrem, em noites chuvosas, com uma probabilidade de 40% e, em noites sem chuva, com uma probabilidade de 60%. Se um assalto à mão armada ocorreu em uma noite do verão passado, então a probabilidade de ter chovido nessa noite é

- (A) 22,2%.
- (B) 54,0%.
- (C) 31,2%.
- (D) 12,0%.
- (E) 18,0%.

4. (Instituto AOC - 2025)

Para um exercício de simulação, deve-se formar uma equipe de patrulhamento composta por 1 comandante e 2 soldados. Sabendo que há 4 comandantes e 6 soldados disponíveis, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de a comandante Karina e a soldado Karolina estarem juntas na equipe de patrulhamento.

- (A) $1/60$.
- (B) $1/30$.
- (C) $1/12$.
- (D) $1/6$.
- (E) $1/2$.

5. (Instituto AOC - 2020)

De acordo com os seus conhecimentos envolvendo conjuntos, assinale a alternativa que com certeza é possível afirmar.

- (A) Se o conjunto A tem 2 elementos e o conjunto B tem 5 elementos, então $A \cup B$ tem 7 elementos.
- (B) Se o conjunto A tem 5 elementos e o conjunto B tem 4 elementos, então $A \cap B$ tem 4 elementos.
- (C) Se $A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{0, 1, 4, 5\}$, então $A - B = \{0, 4, 5\}$.
- (D) Se $A \cap B = \emptyset$, A tem 3 elementos e B tem 4 elementos, então $A \cup B$ tem 7 elementos.
- (E) Se $A = \{1\}$ e $B = \{1, 3, 4\}$, então $B - A = \{1\}$.

6. (Instituto AOC - 2024)

Uma medida para evitar que as pessoas privadas de liberdade representem risco, dentro e fora dos estabelecimentos penais, é a revista constante em busca de objetos incompatíveis com o ambiente. Em certo estabelecimento com 150 celas, 45 delas foram revistadas na segunda-feira e 60 celas foram revistadas na terça-feira (mesmo que algumas delas já tivessem sido revistadas na segunda-feira). Sabendo que exatamente 60 celas não foram revistadas nem na segunda nem na terça-feira, assinale a alternativa que apresenta quantas celas foram revistadas duas vezes.

AMOSTRA

- (A) 5
- (B) 10
- (C) 15
- (D) 20
- (E) 25

7. (Instituto AOCB - 2024)

Considere os conjuntos A e B de tal forma que A é o conjunto formado apenas pelas letras da palavra **PERITO**; e B é o conjunto formado apenas pelas letras da palavra **MEDICO**. Consideradas as operações entre conjuntos, é correto afirmar que

- (A) $A \cap B = \{C, D, E, I, M, P, R, T\}$.
- (B) $A \cup B = \{E, I, O\}$.
- (C) $A - B = \{P, R, T\}$.
- (D) $B - A = \{E, I, O\}$.
- (E) $(A \cap B) - B = \{E\}$.

8. (Instituto AOCB - 2024)

Em um grupo de X servidores municipais, todos eles com pelo menos uma formação acadêmica em pelo menos em um dos dois cursos, A e B, sabe-se que:

- 17 possuem formação no curso A;
- 23 possuem formação no curso B;
- 6 possuem formação em ambos os cursos.

Considerando os dados apresentados, assinale a alternativa que indica o valor de X.

- (A) 46
- (B) 42
- (C) 38
- (D) 34
- (E) 30

9. (Instituto AOCB - 2023)

Para o cumprimento de determinada atividade da Companhia das Docas da Bahia, foram requisitados 33 Técnicos Portuários. Sabe-se que 20 deles foram incumbidos da ação A e 17 ficaram responsáveis pela ação B. Sabendo que os 33 Técnicos Portuários foram incumbidos de ao menos uma das ações, A ou B, e que os indivíduos incumbidos de ambas as ações eram classificados como “supervisores”, é **correto** afirmar que o número de supervisores é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

10. (Instituto AOCB - 2024)

Considere que certo número é formado por dois algarismos cuja soma é 9. Invertendo esses algarismos, obtém-se um novo número que é 9 unidades menor que o número original. Qual é esse número?

- (A) 63
- (B) 54
- (C) 72
- (D) 81
- (E) 90

11. (Instituto AOCB - 2024)

Considere o menor número com seis algarismos e o maior número com cinco algarismos. A soma entre eles será

- (A) maior que 100 000 e menor que 99 998.
- (B) menor que 20 000 e maior que 19 998.
- (C) menor que 100 000 e menor que 99 999.
- (D) menor que 200 000 e maior que 199 998.

12. (Instituto AOCB - 2025)

A altura máxima para empilhamento de caixas de arquivo em determinado almoxarifado é de 243 cm. Um funcionário verificou que, nesse almoxarifado, há uma pilha de caixas de arquivo, cada uma destas com 27 cm de altura, e, ainda, que a altura atual dessa pilha é de 108 cm. Nesse contexto, qual é o número máximo de caixas de arquivo que ainda podem ser acrescentadas nessa mesma pilha?

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

13. (Instituto AOCB - 2024)

Visando aumentar a segurança no processo de entrada e saída, além dos elementos de segurança já existentes, foi projetada uma fechadura eletrônica acionada com um código de cinco dígitos (escolhidos entre os números inteiros de 0 até 9). João esqueceu o código, mas sabe que o primeiro dígito é 3, que o último é 8, e que a soma de três dígitos sequenciais do código (1° , 2° e 3° , ou 2° , 3° e 4° , ou 3° , 4° e 5°) sempre resulta 12. Nesse caso, qual é o quarto dígito do código?

- (A) 8
- (B) 1

INFORMÁTICA

1. (Instituto AOCF - 2025)

As memórias de computadores podem ser classificadas segundo sua capacidade de armazenamento e velocidade de acesso aos dados. Considerando essa hierarquia, é correto afirmar que

- (A) a memória ROM (Read-Only Memory) possui capacidade de armazenamento maior que as memórias secundárias, porém velocidade de acesso inferior.
- (B) a memória principal (RAM - Random Access Memory) possui capacidade de armazenamento semelhante às memórias secundárias, porém velocidade de acesso inferior.
- (C) os registradores possuem capacidade de armazenamento maior que a memória cache, porém velocidade de acesso inferior.
- (D) a memória cache possui capacidade de armazenamento maior que as memórias secundárias, porém velocidade de acesso superior.
- (E) os registradores possuem capacidade de armazenamento menor que as memórias secundárias, porém velocidade de acesso superior.

2. (Instituto AOCF - 2024)

O termo DDR (Double Data Rate) está relacionado com a tecnologia de construção de qual periférico em um computador?

- (A) Processador.
- (B) Extensor USB.
- (C) Mouse.
- (D) Mesa digitalizadora.
- (E) Memória.

3. (Instituto AOCF - 2023)

Qual dos seguintes tipos de memória é uma memória de acesso aleatório que serve como memória principal de um computador?

- (A) CD-ROM
- (B) HDD
- (C) SSD

- (D) RAM
- (E) DVD

4. (Instituto AOCF - 2022)

Acerca dos conceitos básicos sobre Hardware, em suas condições e configurações padrão de funcionamento, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Disco rígido (HD) é o tipo de dispositivo de armazenamento mais utilizado nos computadores pessoais e se destaca, entre suas características, por ser de alta capacidade e ser volátil.
- (B) CACHE é classificada como uma memória do tipo secundária, pois, para seu funcionamento, depende do desempenho da memória RAM.
- (C) Um computador pessoal tem a memória RAM como um tipo de memória secundária, enquanto o HD uma memória primária.
- (D) Um HD externo com conexão do tipo USB é considerado como sendo do tipo de memória secundária e não volátil.
- (E) A memória ROM é classificada como um tipo de memória primária que, em conjunto com a Unidade de Controle (UC) e registradores, constitui a Unidade Central de Processamento (CPU).

5. (Instituto AOCF - 2021)

Nos computadores, qual é o tipo de memória que é desenvolvido combinando o tempo de acesso de memórias de alta velocidade (alto custo) com as memórias de menor velocidade e maior tamanho (baixo custo)?

- (A) Memória RAM.
- (B) Memória ROM.
- (C) Memória de Vídeo.
- (D) Memória Hash.
- (E) Memória Cache.

AMOSTRA

6. (Instituto AOCB - 2021)

Qual dos seguintes módulos de memória é um tipo de memória não volátil?

- (A) Módulo EDO.
- (B) Módulo SDRAM.
- (C) Módulo DDR2.
- (D) Módulo DDR3.
- (E) Módulo NVME.

7. (Instituto AOCB - 2024)

Considerando os conceitos de hardware, o “Extensible Firmware Interface” é um item que compõe qual periférico em um computador?

- (A) Placa-mãe.
- (B) Central de processamento unitário.
- (C) Placa de som.
- (D) Placa de vídeo.
- (E) Memória RAM.

8. (Instituto AOCB - 2025)

Em um departamento administrativo, vários servidores relataram dificuldade para acessar os programas instalados em seus computadores porque o cursor na tela não respondia aos movimentos. Ao verificar, o técnico descobriu que o dispositivo responsável por controlar o cursor não estava conectado corretamente. Após a conexão adequada, os usuários puderam selecionar ícones, abrir arquivos e navegar normalmente pelo sistema. Considerando o caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta o periférico em questão.

- (A) Projetor.
- (B) Monitor.
- (C) Mouse.
- (D) Impressora.
- (E) Microfone.

9. (Instituto AOCB - 2024)

Assinale a alternativa correta sobre a classificação de periféricos de computadores.

- (A) Monitor e pen drive são exemplos de dispositivos de entrada de dados.
- (B) Mouse e placa de rede são exemplos de dispositivos de saída de dados.
- (C) Impressora multifuncional e monitor touch screen funcionam tanto como dispositivo de entrada quanto como dispositivo de saída de dados.

(D) Disco ótico e teclado são exemplos de dispositivos de saída de dados.

(E) Scanner e fitas magnéticas são exemplos de dispositivo de saída de dados e de dispositivo de entrada de dados, respectivamente.

10. (Instituto AOCB - 2024)

No contexto do sistema operacional Windows 10, a assistente virtual inteligente que desempenha várias funções, como realizar buscas diversas (arquivos, e-mails, buscas na internet etc.), enviar alertas e notificações automáticas e até mesmo responder a perguntas por meio de áudio; além de poder ser utilizada para abrir programas, ativar alarmes, realizar cálculos e reproduzir faixas no *Microsoft Groove*, é

- (A) Bixby.
- (B) Alexa.
- (C) Siri.
- (D) Cortana.

11. (Instituto AOCB - 2024)

Um servidor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul notou que seu computador com sistema operacional Windows 10 em português começou a funcionar de maneira muito lenta e suspeitou que poderia ser algum tipo de malware afetando o desempenho do sistema. Nessa situação, a ação recomendada para realizar um diagnóstico preciso e possivelmente resolver o problema é

- (A) utilizar o “msconfig” para desabilitar todos os serviços de inicialização e reiniciar o computador.
- (B) realizar uma restauração do sistema para um ponto anterior no tempo.
- (C) utilizar o Prompt de Comando para executar o comando “sfc /scannow”.
- (D) abrir o Gerenciador de Tarefas e finalizar processos suspeitos manualmente.
- (E) utilizar o “Windows Defender” para realizar uma varredura completa de malwares.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

1. (Instituto AOCB - 2024)

Conforme previsto nos quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.

2. (Instituto AOCB - 2023)

Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a defesa da paz, a igualdade entre os Estados e a prevalência dos direitos humanos são

- (A) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) direitos e garantias fundamentais.
- (C) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) Poderes do Estado Democrático de Direito.
- (E) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

3. (Instituto AOCB - 2022)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, dentre outros,

- (A) a cidadania.
- (B) a desportividade.
- (C) a integração regional.
- (D) a dignidade dos animais domesticáveis.
- (E) o respeito às instituições judiciárias eleitorais.

4. (Instituto AOCB - 2022)

Bruno e Angelina estão estudando arduamente para concursos públicos e encontram algumas dificuldades para entender os princípios, fundamentos e objetivos que constituem um Estado Democrático de Direito. Tendo isso em vista, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (B) A integração cultural não faz parte dos objetivos da República Federativa do Brasil no que diz respeito à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (C) A redução das desigualdades sociais e regionais está inserida nos princípios que regem as relações internacionais com os países norte-americanos.
- (D) A concessão de asilo político é um princípio elencado em lei complementar, não sendo abordado na CF/88.
- (E) A independência nacional constitui impedimento para a execução dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

5. (Instituto AOCB - 2022)

"[...] toda ação, estado ou posição jurídica que possua alguma característica que, isoladamente considerada, faça parte do 'âmbito temático' de um determinado direito fundamental, deve ser considerada como abrangida por seu âmbito de proteção, independentemente da consideração de outras variáveis".

SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas

AMOSTRA

constitucionais. Revista de Direito do Estado 4 (2006). p. 34-35

No excerto, Virgílio Afonso da Silva descreve o que é protegido *prima facie* por um direito fundamental, conforme a

- (A) Teoria Ampliada dos Direitos Fundamentais.
- (B) Teoria Maior dos Direitos Fundamentais.
- (C) Teoria do Suporte Fático Amplo dos Direitos Fundamentais.
- (D) Teoria do Âmbito de Proteção Ampliado dos Direitos Fundamentais.
- (E) Teoria Abrangente dos Direitos Fundamentais.

6. (Instituto AOC - 2025)

Os direitos políticos, globalmente considerados, são direitos humanos, sendo possível o controle de constitucionalidade de tratados internacionais que se referem a direitos políticos. A respeito do tema, é correto afirmar que

- (A) os direitos políticos não são considerados direitos humanos em sua totalidade, visto que a Constituição Federal os trata em capítulo separado dos direitos e garantias individuais, e os tratados internacionais sobre o tema não possuem hierarquia constitucional.
- (B) embora os direitos políticos sejam reconhecidos como direitos humanos em documentos internacionais, no Brasil, tratados que os abordem não podem ser submetidos a controle de constitucionalidade, pois, uma vez incorporados, integram o bloco de constitucionalidade com equivalência a emendas.
- (C) Os direitos políticos são inequivocamente direitos humanos, e a Constituição Federal, em seu Art. 5º, § 2º, incorpora tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico. No entanto o controle de constitucionalidade de tais tratados é restrito à via preventiva e apenas se tiverem status supralegal.
- (D) Os direitos políticos são amplamente reconhecidos como direitos humanos, conforme documentos internacionais e a própria Constituição Federal. Tratados internacionais sobre direitos humanos, incluindo os que tratam de direitos políticos, podem ser objeto de controle de constitucionalidade.
- (E) A equiparação de tratados internacionais sobre direitos humanos a emendas constitucionais, prevista no Art. 5º, § 3º, da Consti

tuição Federal de 1988, torna-os automaticamente imunes a qualquer controle de constitucionalidade, mesmo em caso de conflito com cláusulas pétreas da Constituição Federal.

7. (Instituto AOC - 2025)

No tocante aos direitos fundamentais, sob a perspectiva das gerações (ou dimensões), é correto afirmar que os direitos fundamentais ligados à igualdade material, compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais, pertencem aos

- (A) direitos fundamentais de primeira geração.
- (B) direitos fundamentais de segunda geração.
- (C) direitos fundamentais de terceira geração.
- (D) direitos fundamentais de quarta geração.
- (E) direitos fundamentais de quinta geração.

8. (Instituto AOC - 2026)

A respeito da inviolabilidade do domicílio enquanto direito individual fundamental, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que

- (A) o consentimento de vizinho autoriza o ingresso de alguém no domicílio alheio quando informado por escrito e em formulário específico.
- (B) em caso de flagrante delito, o ingresso no domicílio depende de consentimento do morador.
- (C) uma busca domiciliar determinada judicialmente deve ser cumprida durante o dia e independe do consentimento do morador.
- (D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar senão para prestar socorro.
- (E) desastre e determinação judicial autorizam o ingresso no domicílio alheio tanto durante o dia quanto durante a noite.

9. (Instituto AOC - 2026)

Acerca dos deveres e direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) É livre a manifestação do pensamento e a proteção ao anonimato.
- (B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas e ter suas atividades suspensas por decisão administrativa de última instância ou decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.

MEDICINA LEGAL

1. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Em relação à cadeia de custódia e às perícias criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) De acordo com a lei processual penal, a preservação do elemento de potencial probatório é de responsabilidade do mesmo agente público que primeiramente o reconheceu.

(B) O perito oficial é a pessoa que detém a preferência para realizar a coleta dos vestígios localizados, sendo também sua função legal dar o encaminhamento necessário do conteúdo para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

(C) Chama-se “isolamento” o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

(D) Segundo a lei processual penal vigente no país, a cadeia de custódia pode se iniciar através de duas situações: com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

(E) Chama-se “processamento” o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Sobre a classificação dos locais de crime, assinale a alternativa correta.

(A) Local de crime virtual está inserido na classificação de local de crime quanto à área.

(B) O local em que jogos de azar são praticados dispensa exame de corpo de delito visto que a prática de jogo de azar não é considerada crime.

(C) Os crimes ambientais sempre ocorrem em locais de crimes externos.

(D) Um mesmo espaço no local de crime pode ser classificado como imediato e relacionado.

(E) Quanto à natureza do local de crime, o crime de maus-tratos contra animais está inserido no Código Penal, no capítulo de crimes contra a vida.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, em 2024 foram registrados 73.156 acidentes nas rodovias federais, resultando em 6.160 mortos. Os números representam um aumento de 10% com relação ao ano anterior. O isolamento e a preservação em rodovias federais de alto fluxo que não ostentam iluminação pública podem ser um desafio adicional aos agentes de segurança pública. Tendo isso em vista, considere que ocorreu um acidente de trânsito com vítima fatal em rodovia federal ausente de iluminação pública e dotada de sinalização indicativa de velocidade máxima permitida de 110 Km/h. Acerca do isolamento e da preservação nessas condições, assinale a alternativa correta.

(A) Os policiais militares não poderão tocar em nada antes do levantamento do local por parte da equipe de perícia criminal, exceto na colheita de documentos pessoais no local para fins de qualificação da vítima.

(B) Servidores envolvidos na ocorrência e familiares da vítima são os únicos autorizados a adentrar no local de crime.

(C) Profissionais dos meios de comunicação não poderão adentrar no local de crime imediato, devendo se deslocar para as adjacências deste.

(D) O isolamento de local de crime e a preservação não são absolutos. Quando o bem jurídico “vida” de pessoas ou dos agentes públicos estiver em risco, esse bem prevalece sobre o isolamento e a preservação.

(E) A preservação é a barreira propriamente formada pelos agentes públicos para impedir o acesso de terceiros, e o isolamento é a garantia da não alteração do estado das coisas.

AMOSTRA

4. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Imagine a ocorrência de um crime envolvendo morte violenta. O cadáver está no local e a polícia foi comunicada. Nos termos legais, o que o agente público que primeiro chegar ao local deve fazer?

- (A) Reconhecer os elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial e realizar, de imediato, o respectivo processamento dos vestígios.
- (B) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, dando início à cadeia de custódia.
- (C) Coletar e acondicionar os vestígios independentemente das demais etapas de rastreamento atinentes à cadeia de custódia.
- (D) Alterar a posição dos elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial, garantindo, com isso, o isolamento e a preservação dos vestígios até a chegada dos peritos criminais.
- (E) Transferir imediatamente os vestígios de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, para posterior fixação.

5. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Dentre os itens a seguir, qual NÃO corresponde a um padrão de busca por vestígios no local do crime?

- (A) Orientação em espiral.
- (B) Orientação em linha.
- (C) Orientação chaveada.
- (D) Orientação em quadrantes.
- (E) Orientação em linha cruzada.

6. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Sobre os locais do crime, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Local preservado é o nome dado quando os indícios foram preservados desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro.
- (B) Local referido é o nome dado quando duas áreas se associam ou se completam na configuração do delito.
- (C) Local contaminado é o nome dado quando houve adulteração por adição, subtração ou substituição de algum elemento incriminador, tornando o local inidôneo.

(D) Local intermediário é o nome dado quando outra área se associa à área principal e é utilizada como modus operandi mediador entre os fatos delitivos.

(E) Após a classificação do local quanto à área externa ou interna (localização urbana ou rural) e indícios, é feito um levantamento ou registro do local por meio de descrição, desenhos, fotografias e até cinegrafias.

7. (INSTITUTO AOCP - 2022)

O Delegado de Polícia Juarez foi chamado para atender uma ocorrência em uma residência e, ao chegar ao local, observou uma faca na calçada e já dentro da residência constatou a existência de um homem com um ferimento perfurocortante em seu abdome, sem sinal de vida. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Juarez deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada do juiz responsável pelo caso.
- (B) Juarez deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato antes da chegada de peritos criminais.
- (C) A residência é considerada local interno do crime, caracterizando-se pela ausência de barreiras físicas naturais ou humanas em suas laterais e ponto superior.
- (D) A calçada da residência, nesse caso, é considerada local de crime relacionado.
- (E) Verificando se tratar de local inidôneo, o perito deverá registrar as alterações do estado das coisas e discutir, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

8. (INSTITUTO AOCP - 2022)

O local de crime compreende toda a área onde ocorreu um fato criminoso e na qual existam vestígios para a realização do exame de corpo de delito, de modo a abranger todos os lugares em que tenham sido praticados os atos preliminares, materiais ou posteriores à consumação do crime e com este diretamente relacionados. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O local mediato do crime é o espaço onde ocorreu o fato e onde se encontra a maioria dos vestígios ligados ao evento delituoso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Instituto AOC - 2026)

O prefeito de uma cidade recebeu a indicação para que um excelente médico e gestor, profissional que exerce sua função em uma UBS, desempenhasse o cargo de secretário da saúde. A indicação partiu de diversos grupos de saúde da cidade, porém esse prefeito acabou convidando seu primo advogado para assumir a vaga. O prefeito, com essa atitude, está contrariando os princípios da

- (A) Eficiência e Legalidade.
- (B) Moralidade e Legalidade.
- (C) Publicidade e Moralidade.
- (D) Moralidade e Impessoalidade.
- (E) Impessoalidade e Legalidade.

2. (Instituto AOC - 2026)

No exercício das atividades administrativas, o agente público deve atuar conforme limites jurídicos previamente estabelecidos, garantindo que a atuação estatal esteja vinculada ao interesse público e à ordem legal. De acordo com essa perspectiva, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da legalidade administrativa estabelece que o agente público pode agir conforme sua conveniência sempre que inexistir proibição expressa em lei.
- (B) A atuação administrativa fundamenta-se na supremacia da vontade individual do gestor público, desde que voltada à eficiência organizacional.
- (C) O princípio da impessoalidade determina que decisões administrativas devem considerar preferencialmente relações de confiança entre gestor e administrado para garantir celeridade processual.
- (D) A legalidade administrativa impõe que o agente público somente pode agir quando autorizado pela norma jurídica, vinculando a atuação estatal aos limites estabelecidos pelo ordenamento.

(E) A eficiência administrativa autoriza a desconsideração de procedimentos formais quando houver expectativa de resultados mais rápidos para a Administração.

3. (Instituto AOC - 2025)

A otimização de recursos, a redução de desperdícios, a qualidade, a rapidez, a produtividade e o rendimento funcional do serviço público são elementos que guardam conexão com o princípio constitucional da

- (A) praticidade.
- (B) moralidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) probidade.

4. (Instituto AOC - 2020)

São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade

5. (Instituto AOC - 2021)

A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- (B) Quando o ato é praticado em decorrência de situação fática verdadeira e prevista em lei como ensejadora da conduta estatal, contudo o agente público não realiza a motivação do ato, trata-se de ato com vício no elemento motivo.
- (C) Tipicidade é o requisito pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

AMOSTRA

(D) Os atos de gestão são aqueles praticados como forma de dar andamento à atividade administrativa, sem configurar uma manifestação de vontade do Estado, mas sim a execução de condutas previamente definidas.

(E) A licença é o ato pelo qual o Poder Público permite a realização de determinada atividade sujeita à fiscalização do Estado. Trata-se de ato discricionário e é concedida desde que cumpridos os requisitos objetivamente definidos em lei.

6. (Instituto AOCB - 2022)

Os poderes da Administração Pública são elemento essencial para a caracterização da atuação estatal, abrangendo os poderes normativo, hierárquico, disciplinar e de polícia. A ampla gama de funções a serem exercidas pela Administração em um Estado organizado no modelo brasileiro demanda um igualmente amplo exercício dos poderes da Administração Pública, circunstância esta que denota a importância do tema para a adequada apreciação de medidas estatais. Diante desse contexto, assinale a alternativa **correta**.

(A) A Polícia Judiciária, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional, enquanto a Polícia Administrativa, de caráter mais fiscalizador, é atividade da Administração que se exaure em si mesma.

(B) O poder regulamentar por parte do Executivo se justifica pela supremacia do interesse público, de modo que regulamentos administrativos podem ultrapassar as disposições e o âmbito das leis nas quais se baseiam e se justificam.

(C) É vedado ao agente superior ajustar um ato administrativo de agente subordinado que contiver vício de legalidade.

(D) Para a invalidação de conduta revestida de abuso de poder perpetrado por autoridade pública, o prejudicado deve se valer de ação judicial, sendo vedada a anulação administrativa do ato.

(E) A conveniência e a oportunidade, elementos do mérito na prática de atos administrativos discricionários, imbuem o agente público com a possibilidade de tomar decisões arbitrárias, por caracterizarem o exercício de um dos poderes da Administração Pública.

7. (Instituto AOCB - 2025)

A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição centenária vinculada ao Ministério da Saúde, atuando nas áreas de pesquisa, ensino e produção de insumos estratégicos para a saúde pública. Foi instituída por lei, possui autonomia administrativa e financeira, mas integra a estrutura da União. Seus servidores são contratados pelo regime estatutário e está sujeita ao controle do Tribunal de Contas da União. Diante dessas características, assinale a alternativa que apresenta corretamente a estrutura dessa Fundação.

(A) A Fundação Oswaldo Cruz é parte da Administração Direta, por estar vinculada ao Ministério da Saúde, caracterizando-se como um órgão público sem personalidade jurídica própria.

(B) A Fundação Oswaldo Cruz é uma fundação pública integrante da Administração Indireta, podendo assumir personalidade de direito público ou privado, conforme lei instituidora e registro competente, com finalidade social e científica.

(C) A Fundação Oswaldo Cruz é uma empresa pública federal, integrante da Administração Indireta, com capital exclusivamente público e voltada para exploração de atividade econômica em regime concorrencial.

(D) A Fundação Oswaldo Cruz é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Saúde, com capital público e privado, devendo adotar a forma de sociedade anônima, e possui atividade administrativa movida por conselho.

(E) A Fundação Oswaldo Cruz é um consórcio público federal criado por decreto presidencial, com natureza contratual, e destinado a articular ações entre a União e entidades privadas.

DIREITO CIVIL

1. (Instituto AOC - 2025)

Com base no que dispõe o Código Civil, sobre a personalidade jurídica da pessoa natural, assinale a alternativa correta.

- (A) A personalidade civil da pessoa natural termina com a morte, mas pode ser prorrogada nos casos em que haja testamento pendente de validade.
- (B) A personalidade civil da pessoa natural começa com a concepção, mas a lei só protege os direitos do nascituro a partir do nascimento com vida.
- (C) A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (D) A personalidade civil da pessoa natural inicia-se com o registro de nascimento em cartório, sendo esse o marco legal para todos os efeitos jurídicos.
- (E) A personalidade civil da pessoa natural é adquirida no momento da concepção, independentemente de nascimento com vida.

2. (Instituto AOC - 2022)

O Senhor João tem oitenta anos de idade e há cinco anos datam as últimas notícias dele. Seu filho, José, procura a Defensoria Pública para saber sobre sua sucessão.

Com base na situação hipotética e de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do Senhor João, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- (B) Pode-se requerer a sucessão definitiva do Senhor João, sendo dispensável a abertura da sucessão provisória.
- (C) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer

a sucessão definitiva do Senhor João e o levantamento das cauções prestadas.

(D) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes e aos irmãos do Senhor João, nessa ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

(E) Regressando o Senhor João nos cinco anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

3. (Instituto AOC - 2024)

Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas tipicamente de direito privado:

- (A) as instituições bancárias criadas mediante autorização em lei.
- (B) os conselhos profissionais de fiscalização e regulamentação.
- (C) as fundações instituídas para preservação de acervo cultural.
- (D) as autarquias criadas para descentralizar a administração.
- (E) as fundações governamentais legalmente institucionalizadas para fomento de pesquisa científica.

4. (Instituto AOC - 2022)

Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca das pessoas jurídicas, de acordo com o Código Civil.

- (A) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- (B) As sociedades, as fundações e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

AMOSTRA

(C) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(D) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

(E) Decai em três anos o direito de anular as decisões da pessoa jurídica que tenha administração coletiva tomadas pela maioria de votos dos presentes, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

5. (Instituto AOCB - 2022)

Sobre a disciplina das pessoas jurídicas prevista no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

(B) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

(C) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

(D) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

(E) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o estatuto, reincorporados ao patrimônio do instituidor.

6. (Instituto AOCB - 2025)

Quanto aos bens, na forma das disposições estabelecidas pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham ou não valor econômico.

(B) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

(C) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

(D) Os materiais provenientes de demolição de prédio são considerados bens imóveis.

(E) Consideram-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que para nele se reempregarem futuramente.

7. (Instituto AOCB - 2023)

Em relação aos bens regulados pelo Código Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Por determinação da lei ou por vontade das partes, os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis.

() Ao retirar uma janela provisoriamente de determinado imóvel para que nele seja reempregado, perde o item seu caráter de imóvel. () As benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem são consideradas necessárias.

() As benfeitorias que buscam conservar o bem ou evitar que se deteriore são consideradas úteis.

(A) V-F-F-F

(B) V-F-V-F

(C) F-V-V-V

(D) F-F-F-V

(E) V-V-V-F

8. (Instituto AOCB - 2025)

Quanto aos bens, na forma disciplinada pelo Código Civil, é correto afirmar que

(A) perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregar.

(B) o uso comum do bem público não pode ser objeto de retribuição, devendo ser assegurado o uso gratuito.

(C) consideram-se bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que a incorporação seja por ato voluntário.

(D) é permitida a alienação de bens públicos dominicais, observadas as exigências da lei.

(E) as benfeitorias úteis são as que têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (Instituto AOCF - 2024)

Considere as seguintes características de determinada Constituição:

- quanto à estabilidade, somente pode ser modificada pelo mesmo poder constituinte responsável por sua elaboração, quando convocado para isso;
- quanto à extensão, estabelece minúcias, prevendo regras que deveriam constar em leis infraconstitucionais; e
- quanto à dogmática, adota apenas uma ideologia informadora de suas concepções, rechaçando a conciliação de valores e/ou ideias.

Nesse caso, de acordo com as características apresentadas, é correto afirmar que tal Constituição pode ser classificada, respectivamente, como

- (A) rígida, prolixa e ortodoxa.
- (B) rígida, sumária e dogmática.
- (C) super-rígida, prolixa e outorgada.
- (D) semirrígida, clássica e eclética.
- (E) fixa, analítica e ortodoxa.

2. (Instituto AOCF - 2023)

A Constituição da República de 1988 pode ser classificada como

- (A) rígida, escrita e promulgada.
- (B) semirrígida, escrita e promulgada.
- (C) flexível, escrita e promulgada.
- (D) semirrígida, escrita e outorgada.

3. (Instituto AOCF - 2022)

Depois de intensos debates, a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado Beta aprovou a primeira Constituição do Estado. Nesse caso, é correto afirmar que a elaboração da Constituição dos Estados-Membros realiza-se pelo poder constituinte

- (A) derivado decorrente.
- (B) reformador.
- (C) originário.
- (D) revisor.
- (E) difuso.

4. (Instituto AOCF - 2024)

Em relação às disposições intituladas “Dos Princípios Fundamentais” da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania, a independência nacional e a cidadania constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) O pluralismo político e a concessão de asilo político estão elencados como princípios regentes da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- (C) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (D) Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil consiste em garantir o desenvolvimento nacional.
- (E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estão elencados como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

5. (Instituto AOCF - 2022)

Uma sociedade justa, livre e solidária é um dos objetivos fundamentais da atual Constituição Federal. Acerca do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos definidos pela CF/88.
- (B) A prevalência dos direitos humanos, a igualdade entre os Estados e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

AMOSTRA

(D) Visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, o Brasil buscará apenas a integração política com os povos da América Latina.

(E) Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, estão compreendidos a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

6. (Instituto AOCF - 2025)

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 130, qual é a relação entre a liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra?

(A) A liberdade de imprensa é sempre limitada pelos direitos à imagem e à honra, independentemente do contexto.

(B) Os direitos à imagem e à honra têm precedência sobre a liberdade de imprensa em todos os casos.

(C) A liberdade de imprensa tem precedência sobre os direitos à imagem e à honra, sendo que eventuais abusos devem ser reparados posteriormente por meio de direito de resposta ou indenização.

(D) A liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra possuem igual peso, devendo ser analisados caso a caso sem precedência definida.

(E) A liberdade de imprensa só é garantida quando não há críticas a figuras públicas ou agentes do Estado.

7. (Instituto AOCF - 2024)

Considere a existência de um tratado internacional, cujas regras disciplinam a proteção aos direitos humanos, e que, dada a importância, há interesse de que ele ingresse na ordem jurídica brasileira. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta quanto aos requisitos necessários para que esse tratado seja incorporado ao ordenamento jurídico nacional como emenda constitucional.

(A) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.

(B) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo

aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.

(C) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.

(D) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

(E) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

8. (Instituto AOCF - 2024)

Um agente de segurança socioeducativo foi intimado para apresentar defesa em processo administrativo instaurado para apurar falta que teria cometido no exercício da função. Nesse contexto, soube que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê expressamente como direito fundamental aos litigantes em processo administrativo

(A) a irrestrita liberdade probatória.

(B) a assistência jurídica integral e gratuita.

(C) o contraditório e ampla defesa.

(D) a flexibilidade dos prazos.

(E) a plenitude de defesa.

9. (Instituto AOCF - 2025)

Considere que determinado cidadão, preocupado com a carga tributária a que estava submetido no estado em que residia, formalizou pedido perante a Secretaria da Fazenda, solicitando o acesso à informação relativa aos tributos estaduais por ele pagos durante determinado lapso temporal. O pedido foi negado, sob alegação de que as informações contidas no sistema sobre a arrecadação de tributos são sigilosas e não podem ser acessadas por particular.

Assinale a alternativa que apresenta o meio constitucional adequado a ser usado nessa situação.

(A) Mandado de Segurança.

(B) Ação Popular.

(C) Habeas Corpus.

(D) Habeas Data.

(E) Mandado de Injunção.



DIREITO PENAL

1. (Instituto AOC - 2021)

Acerca dos princípios de Direito Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O postulado da intranscendência impede que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator.
- (B) Segundo o princípio da subsidiariedade, a atuação do Direito Penal é cabível unicamente quando os outros ramos do Direito e os demais meios estatais de controle social tiverem se revelado impotentes para o controle da ordem pública.
- (C) O princípio da proporcionalidade possui três destinatários: o legislador (proporcionalidade abstrata), o juiz da ação penal (proporcionalidade concreta) e os órgãos da execução penal (proporcionalidade executória).
- (D) A impossibilidade de punição da autolesão se justifica pelo caráter fragmentário do Direito Penal.
- (E) O princípio da adequação social consubstancia-se em causa supralegal de exclusão da tipicidade, haja vista que não pode ser considerado criminoso o comportamento humano que, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de justiça.

2. (Instituto AOC - 2024)

Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

- (A) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.
- (B) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.
- (C) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da

pena aplicada.

- (D) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.
- (E) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.

3. (Instituto AOC - 2023)

Samanta foi condenada à pena de reclusão, por cometimento do delito de roubo majorado pelo concurso de agentes em concurso material com o delito de dano qualificado. Durante a execução de sua pena em regime inicial fechado, o legislador brasileiro editou nova lei e extinguiu a circunstância majorante (causa de aumento de pena) do concurso de agentes no crime de roubo. Acerca desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei penal favorável retroagirá, mas Samanta só terá sua penalidade revisada após progredir de regime penitenciário.
- (B) A lei penal favorável não retroagirá, porquanto o legislador não praticou “abolitio criminis”, uma vez que o delito de roubo continuou existente.
- (C) A lei penal favorável só poderá ser aplicada aos processos penais futuros, pois a modificação legislativa interferiu sobre a dosimetria penal, e não sobre a capitulação do fato.
- (D) A lei penal favorável retroagirá e Samanta terá sua pena diminuída com a exclusão da circunstância majorante antes reconhecida pela sentença penal condenatória.
- (E) A alteração legislativa sobre causa de aumento de pena causa revisão na sentença penal condenatória, ainda que a modificação legal resulte na maximização da fração de aumento circunstanciado em terceira fase de dosimetria.

AMOSTRA

4. (Instituto AACP - 2022)

Raul, brasileiro, em viagem a trabalho para o Japão, após ríspida discussão com um cidadão local, praticou o crime de lesão corporal grave. Processado pela justiça japonesa, Raul foi condenado à pena de dois anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. De volta ao Brasil, Raul descobre que também foi processado e condenado pela justiça brasileira, pelo mesmo crime ocorrido no Japão, à pena de quatro anos de reclusão. Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta segundo o Código Penal.

- (A) Em razão do princípio da personalidade ativa, hipótese de extraterritorialidade condicionada, Raul deverá cumprir mais dois anos de reclusão no Brasil.
- (B) Como se trata de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, por incidência do princípio da bandeira, Raul deverá cumprir mais dois anos de reclusão no Brasil.
- (C) Como Raul já cumpriu integralmente sua pena no Japão, não deverá mais cumprir pena alguma no Brasil.
- (D) Ainda que já tenha cumprido integralmente sua pena no Japão, Raul deverá cumprir mais quatro anos de reclusão no Brasil, em razão da soberania da justiça brasileira sobre a japonesa.
- (E) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, em obediência ao princípio da defesa, razão pela qual Raul deverá cumprir mais quatro anos de reclusão no Brasil.

5. (Instituto AACP - 2021)

Analise a seguinte situação hipotética:

Hércules, que é francês, viajou de férias à Costa Rica com sua esposa Xena, de nacionalidade colombiana. Em determinado momento das férias, após forte desentendimento entre o casal, Hércules cometeu o crime de feminicídio contra Xena. Desesperado, após o ocorrido, fugiu para o Brasil. Considerando que o Brasil, por meio de tratado internacional, obrigou-se a reprimir o referido delito, Hércules estará sujeito à lei brasileira em razão do princípio da

- (A) universalidade do direito de punir.
- (B) proteção.
- (C) personalidade.

(D) bandeira.

(E) territorialidade temperada.

6. (Instituto AACP - 2021)

Analise a seguinte situação hipotética:

Hamilton, inglês, em um momento de fúria, após desentendimento com sua esposa por questões financeiras, praticou uma série de atos de vandalismo contra a sede internacional do Banco do Brasil, localizada em Londres (Inglaterra).

Nesse caso, Hamilton está sujeito à aplicação da lei penal brasileira, haja vista que se trata de hipótese de

- (A) extraterritorialidade condicionada, em função do princípio da bandeira.
- (B) extraterritorialidade incondicionada, em função do princípio da proteção.
- (C) extraterritorialidade incondicionada, em função do princípio do pavilhão.
- (D) territorialidade temperada.
- (E) território brasileiro por extensão.

7. (Instituto AACP - 2022)

No que concerne ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o critério legal, considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão, de detenção ou de prisão simples, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa.
- (B) De acordo com o critério analítico, crime é toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados.
- (C) O critério substancial se funda nos elementos que compõem a estrutura do crime. Segundo a teoria bipartida, a culpabilidade deve ser excluída da composição do crime, pois se trata de pressuposto de aplicação da pena.
- (D) Ao se adotar a teoria bipartida do crime, necessariamente será aceito o conceito finalista de conduta.
- (E) Em respeito à retroatividade da lei penal benéfica, a jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a combinação de leis penais (lex tertia).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

A respeito dos princípios processuais penais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O princípio do juiz natural, em sentido positivo, assegura o direito ao juiz competente predeterminado por lei e, em sentido negativo, estabelece a vedação dos tribunais de exceção.
- (B) O princípio da presunção de inocência está constitucionalmente representado pela fórmula da consideração da não culpabilidade.
- (C) O princípio da motivação das decisões judiciais tem por finalidades permitir o conhecimento das partes acerca das razões de decidir, possibilitando a impugnação da decisão, e permitir o controle social sobre a atividade jurisdicional.
- (D) O duplo grau de jurisdição assegura o direito ao reexame das decisões por um órgão jurisdicional diverso daquele que as proferiu, sendo a possibilidade de interposição de recurso especial e recurso extraordinário manifestação desse princípio.
- (E) O princípio do devido processo legal, no aspecto processual, pode ser considerado um princípio síntese, que engloba os demais princípios e garantias processuais assegurados constitucionalmente.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Com a Constituição de 1988, ganharam relevância os princípios garantistas do processo penal. Sobre tais princípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O princípio do devido processo legal, estabelecido no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, institui o dever de respeitar todas as formalidades previstas em lei para que haja cerceamento da liberdade ou para que alguém seja privado de seus bens.
- (B) O princípio da publicidade estabelece que os atos processuais devem ser realizados publicamente, à vista de quem queira acompanhá-los,

sem segredos e sem sigilo. Tal publicidade, porém, pode ser limitada quando a defesa da intimidade ou o interesse social exigirem.

(C) O princípio do juiz natural, encartado no art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal, estabelece o direito do réu de ser julgado por um juiz previamente determinado por lei e pelas normas constitucionais.

(D) O princípio da duração razoável do processo, que encontra ampla aceitação na doutrina processualista, apesar de não ter base legal ou constitucional explícita, estabelece que todos, no âmbito judicial e administrativo, têm direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(E) O princípio do contraditório, contido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, estabelece que em toda alegação fática ou apresentação de prova, feita no processo por uma das partes, tem a outra, adversária, o direito de se manifestar, havendo um perfeito equilíbrio na relação estabelecida pela pretensão punitiva do Estado em confronto com o direito à liberdade e à manutenção do estado de inocência do acusado.

3. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Alfredo está sendo investigado como suposto autor de um homicídio praticado dias atrás em Santa Maria-DF. No interrogatório policial, Alfredo decide por exercer seu direito de permanecer em silêncio, para evitar produzir qualquer prova contra si mesmo. O direito de Alfredo ao silêncio constitui expressão ou decorrência do princípio do(a)

- (A) contraditório.
- (B) presunção de não culpabilidade.
- (C) nemo tenetur se detegere.
- (D) juiz natural.
- (E) busca da verdade.

AMOSTRA

4. (INSTITUTO AOCP - 2021)

No que se refere às disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- (B) Os processos de competência da Justiça Militar são regidos pelo Código de Processo Penal comum.
- (C) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, tornando prejudicada a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (D) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva, sem aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (E) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, em soberania aos tratados, às convenções e às regras de direito internacional.

5. (INSTITUTO AOCP - 2024)

A respeito da notitia criminis, é correto afirmar que

- (A) a notitia criminis, denominada pela doutrina de inqualificada, não pode servir de base à abertura de inquérito policial, ainda que contenha elementos informativos idôneos e suficientes.
- (B) admite-se, doutrinariamente, apenas as modalidades de notitia criminis espontânea (direta) ou provocada (indireta).
- (C) a notitia criminis de cognição coercitiva é admitida pela doutrina.
- (D) na notitia criminis espontânea, o ofendido espontaneamente leva ao conhecimento da autoridade policial a existência de determinada infração penal.
- (E) a notitia criminis imediata se dá quando a autoridade policial toma conhecimento da infração penal por meio uma provocação formal, a exemplo da manifestação escrita do representante legal da vítima.

6. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Matheus é alvo de um inquérito policial instaurado no dia 1 de fevereiro do corrente ano. No dia 11 do mesmo mês, Matheus foi preso preventivamente por ordem da autoridade judiciária, após

representação da autoridade policial. Segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Matheus não pode ser preso preventivamente no curso de inquérito policial senão por conversão da prisão em flagrante pela autoridade judiciária, após requerimento do órgão acusador.
- (B) O inquérito policial de Matheus deve se encerrar imediatamente, com apresentação de relatório, uma vez que Matheus está preso e a investigação já corre por 10 (dez) dias.
- (C) O inquérito policial de Matheus poderá durar até 30 (trinta) dias, uma vez que a investigação se iniciou quando Matheus estava solto.
- (D) Se Matheus tivesse sido preso em flagrante, o inquérito policial deveria se encerrar em 5 (cinco) dias, mas, como Matheus estava solto e foi preso posteriormente por ordem judicial fundamentada, o inquérito não possui prazo para término.
- (E) O inquérito policial de Matheus deve se encerrar em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da execução de sua prisão, contabilizando, no total, 20 (vinte) dias de investigação.

7. (INSTITUTO AOCP - 2022)

A respeito do regime jurídico do inquérito policial e das demais investigações preliminares, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados, sem prejuízo do permanente controle jurisdicional dos atos documentados produzidos pela instituição.
- (B) Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.

DIREITOS HUMANOS

1. (2026)

No âmbito da teoria geral dos direitos humanos, o sistema internacional de proteção é compreendido como resultado de um processo histórico de afirmação da dignidade humana. Considerando os marcos indicados no texto, assinale a alternativa correta.

(A) O sistema internacional de direitos humanos consolidou-se no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente com a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, embora tenha antecedentes históricos no Direito Humanitário, na Liga das Nações e na Organização Internacional do Trabalho.

(B) O sistema internacional de direitos humanos surgiu no século XVIII, com a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, já estruturado em mecanismos jurisdicionais globais.

(C) A proteção internacional dos direitos humanos teve início apenas com a Constituição Federal brasileira de 1988, que inaugurou a tutela jurídica da dignidade humana.

(D) A Organização das Nações Unidas foi criada em 1919, como sucessora da Liga das Nações, com o objetivo exclusivo de regular relações trabalhistas internacionais.

(E) A internacionalização dos direitos humanos decorreu exclusivamente da atuação do Tribunal Penal Internacional, criado antes da Segunda Guerra Mundial.

2. (2026)

A respeito dos precedentes históricos da internacionalização dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) A Liga das Nações, criada em 1945, foi concebida para julgar crimes contra a humanidade e permaneceu ativa após a criação da ONU.

(B) O Direito Humanitário disciplina exclusivamente relações comerciais entre Estados em tempo de paz.

(C) A Organização Internacional do Trabalho, criada em 1919, buscou promover padrões internacionais de proteção aos trabalhadores e contribuiu para a internacionalização dos direitos humanos.

(D) O Direito Humanitário surgiu apenas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

(E) A Liga das Nações foi criada após a Segunda Guerra Mundial para substituir a ONU.

3. (2026)

Sobre a relação entre soberania estatal e proteção internacional dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) A soberania nacional impede qualquer fiscalização internacional sobre violações de direitos humanos praticadas por Estados.

(B) A ratificação de tratados internacionais de direitos humanos não gera obrigações jurídicas aos Estados, possuindo apenas valor político.

(C) O sistema internacional substitui integralmente a proteção interna dos Estados, afastando a competência das constituições nacionais.

(D) A soberania estatal permanece absoluta, mesmo diante de tratados internacionais ratificados pelo Estado.

(E) A soberania nacional é relativizada pela obrigação dos Estados de garantir direitos humanos e de aceitar a fiscalização de órgãos internacionais competentes, quando aderem aos respectivos instrumentos.

4. (2026)

O sistema internacional de direitos humanos apresenta caráter complementar e subsidiário. Com base nessa característica, assinale a alternativa correta.

(A) Os órgãos internacionais devem ser acionados antes de qualquer providência estatal interna, pois possuem competência originária e exclusiva.

AMOSTRA

(B) Cabe primeiramente aos Estados proteger os direitos humanos das pessoas sob sua jurisdição, sendo possível acionar organismos internacionais diante de falha ou omissão estatal.

(C) O sistema internacional possui hierarquia superior absoluta sobre o direito interno, anulando automaticamente qualquer norma constitucional.

(D) A subsidiariedade significa que os direitos humanos somente existem se forem reconhecidos por tribunais internacionais.

(E) A complementaridade exclui a atuação dos sistemas regionais de proteção.

5. (2026)

Quanto às partes no sistema internacional de direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) Indivíduos possuem, como regra geral, legitimidade passiva em comunicações interestatais perante todos os sistemas internacionais.

(B) Estados somente podem atuar no polo ativo das petições individuais, sendo vedada sua responsabilização internacional.

(C) Organizações internacionais são as únicas legitimadas para apresentar denúncias contra Estados em matéria de direitos humanos.

(D) Estados podem possuir legitimidade ativa e passiva em comunicações interestatais, enquanto indivíduos podem ter legitimidade ativa em petições individuais em determinados sistemas e legitimidade passiva perante o Tribunal Penal Internacional.

(E) Indivíduos jamais podem figurar em qualquer posição processual nos sistemas internacionais de direitos humanos.

6. (2026)

Sobre o Tribunal de Nuremberg, criado após a Segunda Guerra Mundial, assinale a alternativa correta.

(A) Foi um tribunal militar internacional instituído para julgar crimes praticados por nazistas, sendo criticado por seu caráter pós factum, pela alegada violação da legalidade e da anterioridade penal e por ser considerado tribunal de exceção.

(B) Foi criado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 para julgar Estados americanos por violações de direitos civis e políticos.

(C) Foi órgão permanente da ONU, com competência universal para julgar todos os crimes internacionais cometidos após 1945.

(D) Foi instituído pelo Estatuto de Roma, juntamente com o Tribunal Penal Internacional.

(E) Foi tribunal regional europeu sem natureza penal, voltado apenas à reparação civil das vítimas.

7. (2026)

Sobre as esferas de proteção do sistema internacional de direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) O sistema global é restrito aos países europeus, enquanto o sistema regional possui competência universal.

(B) O sistema interamericano integra o sistema global e é composto exclusivamente pela ONU.

(C) O sistema regional exclui a aplicação de tratados internacionais de direitos humanos.

(D) O sistema global e o sistema regional são incompatíveis, devendo o Estado escolher apenas um deles.

(E) O sistema internacional compreende esferas complementares de proteção, como o sistema global, vinculado à ONU, e os sistemas regionais, a exemplo do sistema interamericano, europeu, africano, asiático e árabe.

8. (2026)

Considerando a distinção didática entre direitos humanos e direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) Direitos humanos são sempre direitos previstos exclusivamente em constituições nacionais.

(B) Direitos fundamentais são direitos reconhecidos apenas em tratados internacionais.

(C) Direitos fundamentais são direitos essenciais à dignidade humana positivados na ordem interna, enquanto direitos humanos são reconhecidos na ordem jurídica internacional.

(D) Direitos humanos e direitos fundamentais possuem naturezas opostas, pois os primeiros são patrimoniais e os segundos são políticos.

CRIMINOLOGIA

1. (2026)

A Criminologia é apresentada no texto como uma ciência que se diferencia do Direito Penal por não se limitar à definição normativa do crime nem à cominação de sanções. Considerando essa distinção, assinale a alternativa que melhor expressa o papel próprio da Criminologia.

- (A) Definir quais condutas devem ser consideradas crimes e estabelecer as penas aplicáveis a cada infração penal.
- (B) Investigar o fenômeno criminal em suas causas, consequências, sujeitos envolvidos e respostas sociais, com finalidade preventiva e explicativa.
- (C) Substituir o Direito Penal na aplicação de sanções, atuando diretamente na condenação dos autores de crimes.
- (D) Restringir-se ao estudo das normas penais vigentes, sem analisar fatores sociais, psicológicos ou econômicos.
- (E) Examinar apenas a execução das penas privativas de liberdade, sem considerar vítimas ou políticas públicas.

2. (2026)

O texto afirma que a Criminologia possui natureza empírica. Essa característica significa que a ciência criminológica:

- (A) baseia-se exclusivamente em princípios filosóficos abstratos, sem necessidade de observação da realidade.
- (B) utiliza apenas a interpretação literal das leis penais para compreender o comportamento criminoso.
- (C) fundamenta-se na observação direta e na análise de dados reais sobre crimes, criminosos, vítimas e reações sociais.
- (D) limita-se ao estudo da moralidade individual do infrator, dispensando métodos científicos de pesquisa.
- (E) tem como objetivo principal justificar a punição estatal, independentemente de dados sociais concretos.

3. (2026)

A interdisciplinaridade é apontada como uma das características fundamentais da Criminologia. De acordo com o texto, essa característica permite que o fenômeno criminal seja compreendido:

- (A) somente a partir da dogmática penal, pois o crime é exclusivamente uma criação da lei.
- (B) com base apenas na Medicina Legal, já que todo comportamento criminoso decorre de fatores biológicos.
- (C) exclusivamente pela Economia, pois a criminalidade sempre decorre de condições financeiras desfavoráveis.
- (D) por meio da integração de saberes como Sociologia, Psicologia, Direito, Antropologia e Economia.
- (E) a partir da exclusão de métodos científicos, valorizando apenas impressões subjetivas sobre o crime.

4. (2026)

O objeto da Criminologia, conforme o texto, é amplo e multifacetado. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os quatro principais elementos desse objeto.

- (A) Pena, processo, sentença e execução penal.
- (B) Polícia, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional.
- (C) Crime, criminoso, vítima e reação social ao crime.
- (D) Lei penal, sanção, culpabilidade e reincidência.
- (E) Norma, ilicitude, imputabilidade e prescrição.

5. (2026)

Ao tratar do crime como objeto da Criminologia, o texto esclarece que a abordagem criminológica não se limita à definição jurídica da infração penal. Nesse sentido, a Criminologia:

- (A) considera o crime como fenômeno social, investigando suas causas, dinâmicas e consequências.
- (B) estuda o crime apenas como violação formal da lei penal, sem analisar seu contexto.

AMOSTRA

(C) rejeita qualquer estudo das causas do delito, por entender que toda infração decorre exclusivamente do livre-arbítrio.

(D) substitui a lei penal por critérios morais variáveis, sem necessidade de segurança jurídica.

(E) analisa apenas crimes contra o patrimônio, por serem os mais relevantes do ponto de vista social.

6. (2026)

No estudo do criminoso, a Criminologia busca compreender aspectos individuais, sociais e psicológicos relacionados à prática delitiva. Segundo o texto, esse estudo envolve:

(A) apenas a verificação da pena aplicada e do tempo de cumprimento da condenação.

(B) o exame da personalidade, histórico familiar, ambiente social, experiências de vida, motivações e circunstâncias do delito.

(C) exclusivamente a identificação de características físicas, como defendia de forma absoluta a Escola Clássica.

(D) a presunção de que todo criminoso age por livre escolha racional, sem influência externa.

(E) somente a análise do processo judicial, sem investigar fatores anteriores ao crime.

7. (2026)

A vitimologia é apresentada como campo relacionado à análise da vítima no fenômeno criminal. Com base no texto, assinale a alternativa correta.

(A) A vitimologia rejeita o estudo da relação entre vítima e delinquente, concentrando-se apenas na pena.

(B) A vitimologia considera a vítima irrelevante para a compreensão do crime, pois apenas o criminoso interessa à Criminologia.

(C) A vitimologia estuda exclusivamente vítimas completamente inocentes, excluindo situações de participação ou provocação.

(D) A vitimologia ocupa-se da vítima, da vitimização, de suas características, de suas relações com o delinquente e de seu papel na gênese do delito.

(E) A vitimologia surgiu para substituir integralmente o Direito Penal e impedir a punição dos infratores.

8. (2026)

A reação social ao crime é um dos elementos centrais do objeto da Criminologia. Conforme o texto, essa reação envolve:

(A) apenas a manifestação emocional da vítima diante do delito.

(B) exclusivamente a opinião dos meios de comunicação sobre crimes graves.

(C) somente a pena imposta ao condenado, sem considerar instituições ou sociedade.

(D) a resposta da sociedade por meio do sistema de justiça criminal, da mídia, da opinião pública e das políticas de segurança.

(E) apenas a atuação da defesa técnica no processo penal.

9. (2026)

O método empírico da Criminologia é descrito como fundamental para a investigação do fenômeno criminal. Entre as técnicas relacionadas a esse método, o texto menciona:

(A) pesquisas de campo, estudos de caso e análise de dados estatísticos.

(B) interpretação puramente filosófica do crime, sem observação da realidade.

(C) criação de tipos penais e definição abstrata de penas.

(D) elaboração de sentenças judiciais e execução de mandados.

(E) aplicação exclusiva de métodos matemáticos sem contato com contextos sociais.

10. (2026)

O método comparativo, no âmbito da Criminologia, permite analisar crimes, políticas criminais e sistemas de justiça em diferentes contextos. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a esse método.

(A) Consiste em estudar apenas um caso individual, recusando qualquer comparação com outros contextos.

(B) Busca comparar países, períodos históricos ou realidades culturais para identificar semelhanças e diferenças relacionadas ao fenômeno criminal.

(C) É utilizado apenas para comparar penas previstas em diferentes artigos do Código Penal.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

